

# Apresentação

Alexsandro Santos<sup>1</sup>

Humberto Dantas<sup>2</sup>

Assinamos a apresentação das duas edições mais recentes da Revista Parlamento e Sociedade por algumas razões que precisam ser explicadas. Desde abril de 2017 presidimos a Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo. Primeiramente a organização esteve sob a responsabilidade de Humberto Dantas, até o final de 2018. E a partir de então, de Alexsandro Santos até hoje. Em comum, uma sintonia e um desejo de fazer muito pelo que chamamos de “Educação Política”. Militamos, estudamos, atuamos e vivemos imersos nesse desafio faz anos.

Não existe Democracia, diz um sem-número de teorias e reflexões, se não estivermos preparados formalmente para o seu exercício. Isso significa que de distintas formas temos que encontrar maneiras de educar cidadãos e cidadãs para o convívio em sociedade. Isso transcende o voto, mas o inclui. Isso envolve ações desafiadoras e complexas. Vai de uma transformação cultural, sobretudo numa sociedade que se acostumou a repetir, sem pensar, que “política não se discute”, até a preparação de professores para a disseminação de conteúdos estratégicos de forma condizente ao respeito à pluralidade de ideologias, partidos e pensamentos. Isso não é tarefa fácil, e não à toa, historicamente, nos vemos diante de mais de um século de História.

Exatamente isso: faz mais de 100 anos que o Brasil afirma e reafirma, formalmente em suas políticas de educação, que devemos formar para a Cidadania nos currículos escolares. Isso tem sido feito de modos diferentes, com muita dificuldade, e nesse período nos desviamos da rota democrática e mergulhamos em ditaduras como aquela de Vargas, bem como a dos militares que distorceram por completo o compromisso do país com a politização – algo típico de governos autoritários e populistas. Diante de tais cenários, se não pela força, mas também

---

1 Pedagogo, Mestre em Educação: História, Política, Sociedade (PUCSP), doutor em Educação (FEUSP) e pós-doutorando em Administração Pública e Governo (NEB-FGV). Diretor-Presidente da Escola do Parlamento e Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Mestrado Profissional em Formação de Gestores da Unicid.

2 Doutor em ciência política pela USP, pós-doutor em administração pública pela FGV-SP, pesquisador da FAPEG e coordenador da pós-graduação em Ciência Política da FESP-SP.

pelo medo de consolidarmos essa formação, a pergunta precisa ser, sempre: o que falta para efetivarmos um compromisso público formal com a ideia de Educação Política, ou Educação Cívica, ou Educação para a Cidadania?

O que nos reúne aqui é exatamente isso. Escolas do Parlamento são descritas como espaços para a disseminação de conteúdos de democracia basilares ao amadurecimento político de sociedades em geral. Não são poucos os espaços desse tipo espalhados pelo território brasileiro, atendendo municípios, estados e em nível federal, o país como um todo. Mas ainda é pouco. Assim como o sujeito comum se esquece facilmente de seu voto para os cargos parlamentares, parece que ainda há distância entre as massas e muito do que os parlamentos podem fazer de especial pela política em termos de formação. O movimento de Escolas do Legislativo não é pequeno, mas quem de fato conhece e já se utilizou de algum tipo de formação dessas organizações? Milhares, talvez até alguns poucos milhões, mas ainda é pouco diante do desafio da politização e da compreensão democrática desse universo. Assim, o objetivo é somar esforços.

Ao trabalho da Câmara Municipal de São Paulo e sua Escola do Parlamento, se uniu em 2021 um grupo de pesquisadores vinculado à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – a FAPEG. Naquele estado existe uma associação entre a Controladoria-Geral do Estado (CGE) e a Secretaria Estadual de Educação para o desenvolvimento de um projeto denominado Estudantes de Atitude (EA). Tal atividade consiste na formação de grupos em escolas públicas formados por estudantes, professores, servidores e comunidade que têm como primeiro desafio a realização de uma auditoria cívica no ambiente escolar. De posse de formulários de caráter técnico, o intuito é avaliar os mais diferentes ambientes escolares – salas de aula, áreas externas, espaços esportivos, banheiros, refeitórios, bibliotecas, salas de informática etc. Nas mãos com um primeiro diagnóstico, propor e aprovar um plano de intervenção e atuar sobre a realidade são os passos seguintes. Os resultados são impressionantes: a comunidade mostra sua força e transforma escolas. Isso não é ação concreta de Educação Política? Pois bem: o grupo de pesquisa foi formado para mensurar o impacto de ações desse tipo na realidade. E um dos seus desafios é a constituição de um grupo maior, que transcenda esse objeto específico de pesquisa na realidade do EA e dialogue, formule, pesquise outros casos e exemplos de Educação Política espalhados pelo Brasil.

Esses dois exemplares mais recentes de Parlamento e Sociedade – volume 9, números 16 e 17 do ano de 2021 – nascem de mais um esforço coletivo de reunir pesquisadores que tratem desse tema central à realidade da Escola do Parlamento. No começo de 2021 fizemos a primeira reunião do grupo mais amplo

do projeto da FAPEG, e em junho realizamos um evento virtual unindo diversas reflexões em quatro mesas na Escola da Câmara paulistana. Aos componentes desse evento foram somadas mais algumas pesquisas e reflexões, e assim temos esses dois volumes da revista. Neste número 17 reunimos outros sete trabalhos, mesma quantidade da edição 16, tratando do que chamamos de “Desafios atuais da Educação Política no Brasil”. Trata-se de um conjunto de artigos que, ao contrário da edição anterior que carregava consigo casos práticos, busca apresentar problemas, desafios, características das relações do jovem com a política e outros aspectos especiais para a efetivação desse tipo de conteúdo no cotidiano escolar. Assim, Daniel Pinheiro, Victoria Costa e Gisela Farias, buscam compreender a ideia de engajamento e cultura política entre jovens nos movimentos de renovação política. Por sua vez, Priscila Schmitz busca debater o estabelecimento de fronteiras entre dois conceitos absolutamente confundidos por parcelas da sociedade - a saber, as noções de Educação Política e Doutrinação Política, o que certamente precisa ser apresentado como contribuição para o arrefecimento de resistências.

Carla Aragão e Gisele Craveiro utilizam-se de uma abordagem polissêmica para apresentar um panorama sobre o que chamam de “educação político-cidadã”. Já Gabriel Madeira e Ana Carolina Bueno procuram realizar um estudo de caso que mostre os desafios da governança colaborativa e da participação popular a partir de iniciativa de auditoria cívica em escolas. A seguir, com base em pesquisas realizadas no sul do Brasil, Jennifer Moraes, Matheus Muller e Carol Santos tratam de compreender de forma comparativa a cultura política dos jovens a partir da noção de socialização política pela internet e pela TV. No artigo seguinte, Humberto Dantas e Isabela Almeida procuram caracterizar e analisar o público que se interessa por atividades virtuais de educação política – com destaque para ações realizadas em realidade pandêmica. Por fim, neste volume, Renato Coppi discute a incompatibilidade do modelo escolar brasileiro em seu papel politizador, apresentando como alternativa a noção de escolas democráticas.

Desejamos uma boa leitura, e esperamos que mais do que acompanhar esses trabalhos, nosso conjunto de artigos aqui reunido seja capaz de provocar e inspirar quem se vê diante de ideias absolutamente essenciais ao fortalecimento da relação dos cidadãos com a política a partir de ações educativas e democráticas.